

Entenda como o imposto do tabaco pode financiar o cuidado em câncer de pulmão

Estudo da FGVsaúde propõe uma solução para contribuir para a estruturação do rastreio e do tratamento da doença, estabelecendo uma fonte de financiamento sustentável

Por AstraZeneca Brasil e Estadão Blue Studio

O câncer de pulmão é hoje o tumor mais letal no País¹. A realidade ainda é de diagnósticos tardios e dificuldades de acesso ao cuidado adequado: cerca de 85% dos casos são descobertos já em estágios avançados², com taxa de sobrevivência global de apenas 5,2% em cinco anos³. Por outro lado, quando identificado precocemente, a sobrevivência chega a 57,4% em cinco anos e até 92% no estágio IA1?, ou seja, no estágio mais inicial da doença.

Na contramão desses altos números, o sistema público enfrenta problemas de financiamento e organização da linha de cuidado. Um estudo da FGVsaúde?, no âmbito da iniciativa internacional PHSSR (Parceria para Sistemas de Saúde Sustentáveis e Resilientes), propõe resolver duas questões com a mesma ferramenta: usar parte da arrecadação de impostos sobre produtos derivados do tabaco para fortalecer políticas de prevenção, ampliar a detecção precoce e melhorar o acesso ao tratamento no Sistema Único de Saúde (SUS), com regras claras de governança e transparência. A ideia é atualizar periodicamente a carga tributária e vincular, de forma parcial e criteriosa, recursos à saúde. “A proposta busca alinhar a tributação de produtos nocivos à saúde com o financiamento direto de programas de prevenção e cuidado. Essa coerência entre instrumento e objetivo não é apenas viável, mas essencial para fortalecer o SUS e reduzir as desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer de pulmão no País”, explica Ana Maria Malik, pesquisadora da FGVsaúde e coordenadora do estudo.

Como funciona

O relatório foi construído a partir de análise documental, 15 entrevistas com especialistas e um workshop com representantes do poder público e da sociedade civil?. A partir desse processo, foram definidas três frentes de ação prioritárias:

promoção da saúde e prevenção do tabagismo e nicotinismo; organização da linha de cuidado em câncer de pulmão; e governança e financiamento.

Na prática, isso significa melhorar a coordenação nacional das ações de saúde, com uma atuação mais integrada entre União, Estados e municípios. A proposta também prevê organizar melhor os caminhos do paciente dentro do sistema, garantindo que ele seja encaminhado corretamente entre os níveis de atendimento. Além disso, sugere atualizar valores de pagamento de alguns procedimentos e criar mecanismos de transparência, como painéis públicos que permitam acompanhar para onde vai o dinheiro arrecadado com o Imposto Seletivo. Outra medida é a criação de fundos estaduais de saúde e o combate ao mercado ilegal, para evitar perda de arrecadação?.

A AstraZeneca, apoiadora do projeto no âmbito da PHSSR, reforça a importância do estudo. “Vincular parte da arrecadação à saúde permitiria financiar continuamente ações de cessação do tabagismo, rastreamento com tomografia de baixa dose e acesso ao tratamento, com governança e transparência, afirma Marília Gusmão, diretora executiva de Relações Corporativas da empresa.

A importância de dar visibilidade ao problema

Estudos reforçam que o rastreamento de câncer de pulmão em populações de alto risco reduz a mortalidade em cerca de 20% e, quando combinado a programas de cessação do tabagismo, esse impacto pode chegar a 38%?. O relatório também destaca a necessidade de reconhecer a importância dos cuidados paliativos, com equipes capacitadas e integração efetiva entre os níveis de atenção.

Outra proposta é permitir formas mais flexíveis de destinar parte da arrecadação à saúde, sem engessar o orçamento. “Ganha destaque a adoção de modelos de vinculação parcial da arrecadação, que fortalecem programas de saúde pública sem comprometer a flexibilidade fiscal, explica Malik. haria econômica, há um ponto central de saúde pública: tributar mais reduz consumo e gera receita. Para a AstraZeneca, trata-se de uma agenda de colaboração e sustentabilidade. “Apoiamos soluções que promovam equidade e acesso, com base em evidências e parcerias que fortaleçam o SUS. É preciso tornar o sistema mais resiliente, ampliando a detecção precoce e reduzindo desigualdades regionais”, completa Marília.

No fim, a mensagem é direta: vincular parte do que se arrecada de um produto que adoece a políticas que previnem, detectam cedo e tratam melhor a doença é uma escolha de racionalidade sanitária. Para o paciente, o que importa é chegar antes – com porta de entrada organizada, rastreio indicado e linha de cuidado funcionando.

Para o gestor, é dar previsibilidade a um fluxo que hoje é impactado pela intermitência de recursos.

<https://www.estadao.com.br/saude/entenda-como-o-imposto-do-tabaco-pode-financiar-o-cuidado-em-cancer-de-pulmao/>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Estadão